

À sombra do pecado: a representação do adultério feminino em *E a luz brilhará nas trevas*, de Ezilda Milanez Barreto

In the shadow of sin: the representation of female adultery in “E a luz brilhará nas trevas”, by Ezilda Milanez Barreto

Raimundo Mélo NETO SEGUNDO*

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Marcelo Medeiros da SILVA**

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar o adultério feminino em *E a luz brilhará nas trevas* (1940), da escritora paraibana Ezilda Milanez Barreto, levando-se em conta o conceito tradicional de casamento e o modo como o patriarcado brasileiro concebe as relações entre homens e mulheres no interior da família. Para fundamentar nossos posicionamentos sobre o adultério, ao longo das análises, apoiamos-nos, especialmente, em Foucault (1985) e Cipriano (2002). Esperamos contribuir para os estudos socioculturais na literatura paraibana de autoria feminina e possibilitar a reflexão acerca de algumas implicações ideológicas da representação do adultério feminino dentro do sistema patriarcal paraibano.

PALAVRAS-CHAVE: Adultério feminino. Casamento. Condição feminina. Ezilda Milanez Barreto.

ABSTRACT: The purpose of this article is to analyze female adultery in *E a luz brilhará nas trevas* (1940), by the Paraíba writer Ezilda Milanez Barreto, taking into account the traditional concept of marriage and the way in which the Brazilian patriarchy conceives relationships

* Doutorando em Literatura e Interculturalidade pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: raimundo.segundo@yahoo.com.br

** Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba e docente da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: marcelomedeiros_silva@yahoo.com.br

between men and women within the family. To base our positions on adultery, throughout the analyses, we relied especially on Foucault (1985) and Cipriano (2002). We hope to contribute to sociocultural studies in Paraíba literature by female authors and to enable reflection on some ideological implications of the representation of female adultery within the patriarchal system in Paraíba.

KEYWORDS: Female adultery. Marriage. Feminine condition. Ezilda Milanez Barreto.

Introdução

No Brasil, a tradição literária referendada por instâncias de legitimação, como as academias de Letras, o nosso sistema escolar, a mídia, assentou-se em bases patriarcais que atuaram, sistematicamente, para inviabilizar a produção, a circulação e a recepção de obras de autoria feminina, tendo em vista que no imaginário social a função de autor era tida como exclusivamente masculina. Logo, seria uma pretensão muito grande as mulheres reivindicarem para si um espaço que não fosse apenas o de leitora, ou de musa, mas, sim, o de autora, de modo que, em vez de reconhecimento social, esse desejo feminino foi recebido com hostilidade e contra ele atuaram estruturas de exclusão e silenciamento.

Sendo a escrita uma prerrogativa masculina, fazer dela um exercício efetivo para o feminino foi uma ação transgressora, uma vez que as mulheres, especialmente as do século XIX, “tiveram que lutar contra as incertezas, ansiedades e inseguranças quanto ao seu papel de autora, quanto à sua autoridade discursiva para afirmar e representar determinadas realidades, ausentes ou falseadas no espelho que a cultura lhes apresentava” (SCHMIDT, 1995, p. 187). Mesmo sabendo escrever, o que não era a realidade de muitas mulheres, sobre o que elas escreveriam, se a literatura da época assentava-se na representação de feitos viris? Mas de que grandes feitos as mulheres haviam participado para poder transfigurá-los artisticamente? Diante de um cenário marcado por uma miríade de adversidades, escrever revelou-se para as mulheres um grande conflito pessoal e social, uma vez que a prática da escrita era considerada algo que quebrava a concepção de feminilidade e de fragilidade tomada como própria do feminino. Escrever era, portanto, uma prática que exigia atividade mental, conexões com o mundo da ação, aspectos estes

que estavam distantes da concepção que se tinha acerca da condição feminina e dos atributos inerentes ao até então considerado sexo frágil (SILVA, 2011).

Todos esses óbices à presença feminina no campo da produção literária procuravam tornar invisível “a legitimidade cultural da mulher como sujeito do discurso exercendo funções de significação e representação” (SCHMIDT, 1995, p. 183) e fomentaram uma política de silenciamento sobre a produção de autoria feminina de tempos pretéritos que perdurou, em nossa literatura, até meados da década de 1970, período em que poucas escritoras eram conhecidas do grande público e da crítica, a exemplo de Raquel de Queiroz (1910-2003), Cecília Meireles (1901-1964), Clarice Lispector (1920-1977), Lygia Fagundes Telles (1923-2022) e Nélida Piñon (1937-2022). Afora essas, não se noticiava a presença de mais nenhuma mulher em nossas Letras, como se não tivéssemos uma memória literária feminina.

As razões para essa invisibilização são, eminentemente, culturais. Conforme explica Schmidt (1995), no imaginário social de nosso país, cuja tradição estética é de base europeia, a ideia recorrente era a de que os homens haviam nascido para criar enquanto as mulheres tinham sido abençoadas com o sagrado dom da procriação. Logo, a criação artística só poderia ser uma atividade masculina: “tal qual Deus Pai que criou o mundo e o nomeou pelo poder do Verbo, o artista sempre foi visto em um papel análogo ao papel divino, sendo, portanto, considerado o progenitor de seu texto, um patriarca estético” (SCHMIDT, 1995, p. 184). Por isso, assim como em outras esferas sociais em que a submissão era tida como o comum das mulheres, a cena literária foi perpassada por interditos e coerções de toda ordem que visaram impedir a entrada das mulheres nesse universo, como, pioneiramente, denunciou Virginia Woolf em *Um quarto só seu*, publicado em 1929, obra em que a escritora e crítica inglesa procura pensar o lugar das mulheres como objeto de representação na ficção e também como sujeito na produção de textos literários, evidenciando o quanto esse terreno – o da autoria – foi uma conquista para o sexo feminino, tendo em vista todos os óbices impostos por uma sociedade patriarcal.

Apesar da instrução precária, decorrente de séculos de indigência cultural, as mulheres brasileiras burguesas da segunda metade do século XIX começaram a escrever, a exemplo de Nísia Floresta (1810-1885), Ana Eurídice Eufrasina de Brandão (1806-1862), Francisca Senhorinha da Motta Diniz (1834-1910), Júlia Lopes de Almeida (1862-

1934), Narcisa Amália (1852-1924), entre outras. Para a divulgação de suas ideias, recorreram à imprensa e também à publicação de livros dos mais variados gêneros, os quais vieram a lume e conferiram às suas autoras o mérito de terem desempenhado um papel que não lhes foi fácil – o pioneirismo no processo de constituição de uma tradição literária feminina em nosso país:

Poderia, portanto, lembrar inúmeras histórias que testemunham as dificuldades e as tentativas de mulheres ao longo da história, para serem consideradas escritoras e, assim, integrarem o cânone literário. Poderia, por exemplo, lembrar a utilização que muitas fizeram de pseudônimos masculinos, como forma de driblar a crítica e os leitores e, ao mesmo tempo, se protegerem da opinião pública. Ou falar das muitas filhas, mães, esposas ou amantes que escreveram à sombra de grandes homens e se deixaram sufocar por essa sombra. As relações familiares, hierarquizadas e funcionais, não incentivavam o surgimento de um outro escritor na família, principalmente se a concorrência vinda de uma mulher. Não é por acaso que de algumas só se sabe que foi ‘irmã de Balzac’, ‘esposa de Musset’, ou ‘mãe de Lamartine’ e mal se conhecem seus nomes ou seus escritos (DUARTE, 1997, p. 54-55).

Mesmo tendo conseguido uma boa repercussão entre as leitoras, as escritoras de outrora não escaparam das críticas depreciativas por parte dos leitores masculinos que “desqualificava[m] a produção ou simplesmente a ignorava[m] e, na pior das hipóteses, zombava[m] ou caluniava[m] as autoras que, tendo-se conscientizado dos seus direitos, invadiram a esfera pública, até então domínio exclusivo dos homens” (CUNHA, 2007, p. 438).

Hoje, quando temos a oportunidade de (re)ler a produção dessas pioneiras, o que mais chama atenção é o fato de elas não só terem desafiado o cânone literário, escrevendo quando esperava-se que estivessem preocupadas com as lides domésticas, como também terem ido de encontro aos ditames comportamentais, não aceitando o “destino de mulher”, que lhes reservava o confinamento à esfera privada do lar. Em razão disso, na esteira de Rago (2005), advogamos que o estudo da literatura produzida pelas escritoras do século XIX é um material importante para a reflexão não só sobre a gênese de uma cultura feminina e, de certa forma, feminista no Brasil, mas, principalmente, sobre a família, a vida doméstica, a visão dos oprimidos.

Por essa razão é que escolhemos a produção literária de uma escritora paraibana – Ezilda Milanez Barreto (1898 [1902?] - 1986) – sobre a qual ainda são poucos os estudos. Nosso objetivo é, a partir do romance *E a luz brilhará nas trevas* (1940), refletir acerca do adultério feminino a fim de compreender como o discurso narrativo da

referida obra nos apresenta a infidelidade feminina. Além disso, procuramos não só refletir sobre como a referida autora compreende os meandros do casamento e, em seu interior, os papéis do masculino e do feminino, mas também averiguar até que ponto no destino dado à personagem feminina adúltera reverberam as vozes sociais de repressão e condenação, tendo em vista que D. Ezilda, como era comumente conhecida por seus pares e pela população da cidade de Areia, PB, produziu em uma época em que os códigos morais e comportamentais de base cristã eram muito rígidos na sociedade brasileira, em especial, na paraibana.

O presente artigo encontra-se, portanto, organizado da seguinte forma: além desta introdução, a seção a seguir detém-se na apresentação de dados sobre a escritora e a época em que ela escreveu. Posteriormente, é feita a análise do *corpus* a fim de mostrar como o adultério encontra-se tematizado em *E a luz brilhará nas trevas* (1940). Para tanto, acostamos a nossa leitura crítica em Foucault (1985), notadamente a partir do modo como a sociedade disciplinar enxerga a sexualidade, e em Cipriano (2002), que nos permitiu pensar o adultério no contexto paraibano dos anos 20 e 30 do século XX. Em seguida, apresentamos as considerações finais, às quais se seguem as referências que subsidiaram o presente trabalho.

1. Ezilda Milanez Barreto: a escritora do brejo paraibano e sua época

Nos anos 1920, conforme Joffily (1983), o Estado da Paraíba ainda dava os primeiros passos nas relações industriais e vivia uma crise econômica devido à decadência da produção agrícola que era a base das atividades mercantis. Os produtores rurais, notadamente os coronéis, desempenhavam os papéis de protagonistas e, portanto, de senhores absolutos de terras e gentes. Nesse período, na Parahyba do Norte (atual João Pessoa), os homens ricos, “burocratas do serviço público, [...] proprietários rurais, [...] poucos industriais e comerciantes bem estabelecidos, perfaziam a elite local” (SILVA, 2008, p. 42). Tais posições exigiam deles fidelidade política ao governo do Estado que vivia “sob o comando do epitacismo¹, comando partidário que se estendia aos demais segmentos da vida social” (JOFILLY, 1993, p. 17), ou seja, uma sociedade republicana,

¹ O epitacismo foi uma oligarquia política da Paraíba, que, sob o comando do Presidente da República Epitácio Pessoa, paraibano da cidade de Umbuzeiro, viveu durante a República Velha, nas primeiras décadas do século XX, e agia sob a égide da “República dos Coronéis”.

mas que vivia ainda sob a égide de velhos costumes patriarcais, para os quais as mulheres deveriam ocupar um lugar de inferioridade perante os homens e serem submissas aos mandos e desmandos deles (pais, irmãos ou maridos), de modo que, solteiras ou casadas, elas nunca saíam da mesma esfera de dominação: a da ordem do macho que lhes controla os desejos, sonhos e o próprio corpo.

Assim, dentro do casamento, a cartilha da sexualidade que deveria ser seguida pelas mulheres pressupunha a obediência aos valores morais, a preservação dos bons costumes e o respeito à monogamia, ainda que as cobranças não fossem as mesmas para os homens, de modo que os desejos amorosos ou os prazeres carnis fora do casamento eram, veementemente, condenados e repudiados quando praticados por uma mulher, tanto que a adúltera poderia vir a ser punida pelo marido, inclusive com a morte, o que encontrava até então respaldo legal, visto que o nosso Código Penal permitia que a privação de sentidos, causada por uma forte emoção em decorrência de provocação da própria vítima ou de algum valor moral ou social, servisse como atenuante de crimes de homicídio e violência doméstica contra mulheres. Em outras palavras, o argumento de legítima defesa da honra era usado não apenas para diminuir a pena dos agressores, como também para tornar a vítima responsável pela violência sofrida.

Essa situação é apenas um dos inúmeros exemplos de como os corpos femininos, no transcurso histórico brasileiro, eram vistos como propriedade masculina. Os homens passavam a deter, legalmente, os direitos sobre as mulheres, e estas viviam tuteladas por seus pais, irmãos ou maridos. Além disso, por não terem acesso à educação, eram impedidas de participarem da vida pública e deveriam ficar trancafiadas no interior do espaço privado do lar, cumprindo o seu destino de mulher, isto é, filhas obedientes, esposas recatadas, mães prestimosas.

Apesar das adversidades, algumas mulheres se insurgiram contra tal destino. Por isso, a educação foi a primeira das demandas das lutas em prol de autonomia, direito e reconhecimento sociais para o sexo feminino. No século XIX, já vemos emergirem algumas mudanças, como a abertura de escolas voltadas para o público feminino. Entretanto, para que as mulheres se profissionalizassem, houve um longo caminho a ser percorrido. As primeiras escolas que admitiam mulheres em suas cadeiras eram de níveis secundários e ofereciam uma educação para a domesticidade. De acordo com Rago (1985), as escolas para as mulheres no Brasil eram as Escolas Normais e tinham por

objetivo fundamental preparar uma boa professora ou uma boa esposa e uma boa mãe, ou seja, se voltavam para a arte do cuidar com “informação e educação para o casamento e a maternidade” (SILVA, 2016, p. 56). De cunho profissionalizante limitado, essas escolas, no entanto, contribuíram para que as mulheres transitassem por espaços fora do ambiente familiar e entrassem em contato com outras realidades diferentes daquelas pré-destinadas a elas.

Em 1858, foi inaugurado, na Paraíba, o Colégio Nossa Senhora das Neves, uma instituição voltada exclusivamente para a educação feminina. Fundada inicialmente para ser um espaço de promoção da educação moral e religiosa para as moças das famílias ricas, terminou expandindo, de certa forma, o ensino da então Parahyba do Norte e possibilitou às mulheres, em um primeiro momento, atuação no magistério – essa era a única formação disponível para as mulheres no Brasil da época –, e, posteriormente, nas redações de jornais e revistas. Não é à toa que, nas origens do movimento feminista brasileiro, nota-se, inicialmente, a presença e a luta individual de mulheres contra a indigência cultural a que estavam condenadas as demais e, depois, o surgimento incipiente de uma imprensa feminina a partir de periódicos e revistas, como *O Jornal das Senhoras* ou *O belo sexo*, que atuarão a favor das demandas do feminino e contra a opressão às mulheres. Tal imprensa foi importante veículo de conscientização feminina, impulsionando as mulheres a expressarem suas “sufocadas vocações literárias” (DUARTE, 2019, p. 35), mas também desempenhou para muitas de nossas pioneiras a função “conscientizadora, catártica, psicoterápica, pedagógica e de lazer” (BUITONI, 2019 *apud* DUARTE, 2019, p. 35).

Em solo paraibano, nas primeiras décadas do século XX, o Colégio das Neves recebia meninas-moças de várias localidades brasileiras e tinha se tornado uma referência para a formação delas. Foi nele que Ezilda Milanez Barreto estudou e, em 1927, recebeu o diploma de professora, ocasião em que se muda para a cidade de Areia, PB, onde se casou com o senhor João Barreto, respeitado comerciante local e pai de cinco filhos, frutos do primeiro casamento dele, e passou a atuar como professora no Grupo Escolar Álvaro Machado e a participar ativamente das obras beneficentes locais, como muitas mulheres com instrução que atuaram socialmente em obras de caridade porque eram atividades que ainda estavam associadas às artes de cuidar, o que era tido como próprio do feminino.

Uma das pioneiras a publicar livros no Estado da Paraíba (a primeira no brejo paraibano), D. Ezilda é reconhecida como ficcionista, cronista, preceptora de muitas gerações, mestra e educadora. Conforme o escritor Amaury Vasconcelos, ela faz parte de uma tradição de mulheres escritoras paraibanas pertencentes à “geração das inteligências raras, da era revolucionária de 1930” (VASCONCELOS, 1983 *apud* BARRETO, 1983, p. 8), como Emília Lustosa Cabral, Adamantina Neves, Amélia Teorga, Nininha Norat, Analice Caldas que foram “guiadas pela emulação emancipadora das grandes mestras paraibanas, Olivina Olívia Carneiro da Cunha, Joventina Coelho e/ou Lilia Guedes” (VASCONCELOS, 1983 *apud* BARRETO, 1983, p. 8), para se tornarem políticas, poetisas, pintoras, romancistas, jornalistas, oradoras e professoras.

Além de textos escritos em jornais da época, como *O Século* (década de 1940) e *O Areiense* (décadas de 1970 e 1980), D. Ezilda escreveu quatro romances: *E a luz brilhará nas trevas* (1940), *À sombra da gameleira* (1961), *Nos arcanos do Império* (1981) e *O meu mundo é assim* (1983). A sua estreia no mundo ficcional se deu, portanto, com o lançamento de *E a luz brilhará nas trevas* (1940), pela Livraria Santo Antônio, pertencente à tipografia do jornal *O Século*, da cidade de Areia, de propriedade do senhor Antonio Benvindo, pai do escritor Amaury Vasconcelos. Esse romance, *corpus* do presente artigo, tem como tema central o adultério feminino cometido por Edna, uma mulher que, recém-chegada do Rio de Janeiro (então capital do país), adentra em uma João Pessoa provinciana e se tornará o centro das atenções pelos modos pouco convencionais de se portar e agir na esfera pública e privada.

Nessa obra, o sexo fora do casamento é tratado como o elemento corruptor da moral e dos bons costumes, de modo que a autora termina expondo valores morais que ameaçam a família tradicional brasileira e, tematicamente, dialogando com outras escritoras, suas contemporâneas, como Júlia Lopes de Almeida em *A falência* ou Andradina de Oliveira em *O perdão*, romances cujos enredos se estruturam também em torno do adultério feminino. D. Ezilda demonstra, assim, certa sintonia com outras escritoras do seu tempo e expõe as condições das mulheres brasileiras, nos albores do século XX, que não tinham o direito de serem donas de si, de seus próprios corpos e desejos.

Contudo, por ser uma mulher engajada com causas sociais e preceitos religiosos católicos, e por fazer parte de uma sociedade tradicional onde o adultério feminino era

um assunto nevrálgico, difícil de ser abordado à época, a autora termina dando à obra um final edificante e, conseqüentemente, justificando a conservação dos padrões éticos e sociais e valorizando os dogmas cristãos de religiosidade e condenação da sexualidade como fonte de prazer e exercício de liberdade das mulheres. Assim, sendo, os atos transgressores de Edna, a protagonista, tendo em vista que é ela que faz mover a ação narrativa, são sucumbidos pela morte dela, desfecho adotado por muitos escritores e escritoras de tempos passados para as personagens femininas que não seguiam o protótipo de anjo do lar, envoltadas no manto díafano do amor puro e da felicidade plena.

Talvez por isso é que, ao prefaciар *E a luz brilhará nas trevas*, o Pe. Francisco Lima enfatize que, mesmo tendo como tema principal o adultério, esse primeiro romance de D. Ezilda, “devido às prevaricações de uma esposa que quebrou a fé matrimonial jurada aos olhos de Deus e do mundo... É um livro, pois, de caráter educativo” (LIMA, 1940 *apud* BARRETO, 1940, p. 10). Em outras palavras, uma ferramenta pedagógica, formadora e moralizadora dos comportamentos humanos, principalmente das mulheres para as quais a personagem Edna devia ser tomada como um exemplo a não ser seguido. Isso não necessariamente quer dizer que a autora referendasse tais valores. Ainda que sob a égide da moral ético-religiosa, o romance de D. Ezilda, como mostraremos na seção a seguir, sinaliza uma demanda dos novos tempos modernos: a liberdade feminina, o que causava receio e resistência nos setores mais conservadores da sociedade paraibana das primeiras décadas do século passado.

2 Adultério feminino em Ezilda Milanez Barreto: a mulher moderna entre a luz e as trevas

Normalmente descrito como “um ato de traição” dentro das fronteiras do casamento, o adultério é visto como uma transgressão, uma adulteração das normas e preceitos sociais firmados no matrimônio, um corruptor da moral e honradez. Todavia, conforme Cipriano (2002, p. 20), o conceito de adultério vai além das “fronteiras do casamento”. Ele se vincula a “uma rede de múltiplas relações sociais inscritas num universo cultural [...]” (CIPRIANO, 2002, p. 20) e se relaciona com discursos socioculturais. Um exemplo disso é o de que a modernidade, com suas regras liberais, conduzia as mulheres à traição, ao adultério.

Entretanto, o adultério não é proveniente da modernidade. Historicamente, ele integra uma gama de discursos sociais patriarcais que se articularam para controlar os corpos, especialmente, o das mulheres, tendo em vista que, socialmente, os pesos no julgamento de uma mulher adúltera não são os mesmos quando, no tribunal moral, o réu é um homem. A este, era permitido, mesmo que veladamente, o prazer sexual fora do casamento, sem que isso abalasse as estruturas sociais até então estabelecidas, ao passo que a mulher, ao desviar-se da retidão do casamento, era acusada de manchar a honra do marido e macular o casamento, instituição sagrada.

Conforme Macfarlane (1990, p. 159), o manto diáfano da sacralidade do matrimônio não escondia que, “na maioria das sociedades, o casamento, em última análise, diz[ia] respeito à reprodução, produção de herdeiros. Isto também tem importância política, religiosa e social”, porque, através dos acordos matrimoniais, eram mantidos os negócios familiares que eram perpetuados entre as gerações e dentro dos quais a mulher precisava desempenhar o papel de progenitora ilibada. Dito de outra forma, na bolsa de valores do mercado matrimonial, o corpo da mulher era o lugar por onde circulavam os bens de família. Tanto que até meados do século XIX as famílias negociavam a união dos seus filhos e filhas com objetivos definidos e “os indivíduos eram meros peões num jogo maior” (MACFARLANE, 1990, p. 299) de interesses financeiros, de modo que o casamento era “um jogo de equipe, e o casal, especialmente a mulher, é mantido fora do time até o dia do casamento” (MACFARLANE, 1990, p. 300). Fora do jogo de poder, as mulheres tinham seus destinos decididos pelos homens que não consideravam os sentimentos delas, os desejos amorosos e os prazeres sexuais.

Uma vez casada, a mulher passava às mãos do esposo e permanecia fora do jogo político-social, subordinada ao discurso social de fidelidade que era firmado por ocasião do casamento, “um ato de fé” (CIPRIANO, 2002, p. 6) que deveria seguir até a morte. Portanto, além do casamento ser um negócio econômico, de interesse do *pater familias*, também exigia das mulheres que se mantivessem fiéis e desfrutassem de sua sexualidade apenas com fins de reprodução.

Aprendemos com Foucault (1985) que a sexualidade e as práticas sexuais não são naturais, ou decorrentes de instintos biológicos. Elas são uma invenção das sociedades que, a partir de um conjunto de práticas e discursos, fomentaram dispositivos para o controle do sexo, da sexualidade e dos corpos dos sujeitos. Nesse sentido, a sexualidade

é uma construção discursiva, e os textos literários, como o romance de D. Ezilda, poderão revelar a nós os meandros e as diversas possibilidades discursivas de se dizer a sexualidade, já que a literatura é uma instância privilegiada para pensarmos as manifestações da sexualidade e, assim como outras instâncias de poder, a exemplo da igreja, da família, do consultório médico, é responsável por legitimar saberes sobre sexo/sexualidade, mas também revelar sexualidades outras que não as legitimadas, ainda que, no caso de *E a luz brilhará nas trevas*, estejamos no âmbito da heterossexualidade compulsória. Enfim, a literatura pode ser um dispositivo de produção de discursos sobre o sexo. E convém a nós pensarmos o que sobre o sexo tal dispositivo fala. Como dispositivo, a literatura é uma forma de manifestação do poder e, conseqüentemente, de controle da sexualidade. Logo, ela pode ter exercido uma posição estratégica no modo de pensar e controlar as “verdades” sobre o sexo, a sexualidade e, ao mesmo tempo, despertar uma vontade de saber sobre o sexo, a sexualidade.

Ainda de acordo com Foucault (1985), não podemos esquecer que, do século XVII para o século XIX, assiste-se a uma profunda mudança nos modos de vivência e convivência com as formas de expressão da sexualidade. Da franqueza ao controle. Essa passagem marca o encarceramento da sexualidade à esfera privada e a ela é destinado um único objetivo: a procriação. Se antes a sexualidade era o mote das conversas, independentemente do espaço em que essas conversas ocorressem, agora, pairava sobre ela o segredo, e o quarto do casal passa a ser o único espaço que lhe era destinado para exercício. Decoro, decência passam a ser palavras de ordem. Quem se insurge contra elas deve ser visto como anormal.

O século XVII seria, portanto, aquele em que se assiste à censura contra o sexo. Ele não pode ser nomeado. Ele deve ser segredo. Silenciado. Calado. Todavia, o que se nota desde então é uma verdadeira profusão de discursos sobre o sexo, de maneira que, se houve tal censura, o que se há hoje é uma incitação aos discursos sobre o sexo (contra ou a favor, mas sempre sobre). Claro que com algumas depurações na linguagem, com restrições aos locais onde se pode falar, com quem se pode falar. Ainda assim, os corpos transitam e atuam segundo normas subjetivas de interesses pré-estabelecidos socialmente responsáveis pelas ações dos indivíduos, como “a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, [que] encadeiam-se uns aos outros, segundo

algumas grandes estratégias de saber e de poder.” (FOUCAULT, 2007, p. 100).

Apesar da polícia dos enunciados e da economia restritiva que orquestram, de certo modo, os discursos sobre o sexo, o que se nota é uma grande profusão desses discursos, principalmente em instâncias de poder, a exemplo da Igreja e da prática da confissão. O sexo passa a ser efetivamente colocado em discurso e os discursos sobre as práticas sexuais são não só de base moral, mas, em especial, de base racional/científica. Logo, a partir do século XVIII, surge a necessidade de quantificar, de classificar, de especificar, regular, administrar o sexo. Daí há a necessidade de falar sobre ele para além da dicotomia lícito/ilícito. A medicina será uma das principais instâncias a produzir discursos sobre o sexo, inclusive criando algumas categorias e sujeitos. A polícia será outra instância discursiva importante na elaboração de discursos sobre o sexo:

Mas é a primeira vez em que, pelo menos de maneira constante, uma sociedade afirma que seu futuro e sua fortuna estão ligados não somente ao número e à virtude dos cidadãos, não apenas às regras de casamentos e à organização familiar, mas à maneira como cada qual usa seu sexo. Passa-se das lamentações rituais sobre a libertinagem estéril dos ricos, dos celibatários e dos libertinos, para um discurso onde a conduta sexual da população é tomada, ao mesmo tempo, como objeto de análise e alvo de intervenção; passa-se das teses maciçamente populacionistas da época mercantilista, às tentativas de regulação mais finas e bem calculadas, que oscilarão, segundo os objetivos e as urgências, em direção natalista ou antinatalista. [...] Aparecem também as campanhas sistemáticas que, à margem dos meios tradicionais — exortações morais e religiosas, medidas fiscais — tentam fazer do comportamento sexual dos casais uma conduta econômica e política deliberada. [...] Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram.” (FOUCAULT, 1985, p. 32-33).

O sexo torna-se objeto de saber e adquire, portanto, uma existência discursiva: “O que é próprio das sociedades modernas não é o terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como o segredo.” (FOUCAULT, 1985, p. 42). Ademais, é preciso lembramos que até o final do século XVIII as práticas sexuais eram reguladas pelo código canônico, pela pastoral cristã e pelo direito civil. Essas instâncias regulavam o que, em se tratando de sexo, era lícito e ilícito, mas se baseavam em um único escopo: as relações matrimoniais. Nesse contexto, podemos entender o adultério feminino como uma prática social que vai de encontro aos princípios morais de certo e errado, os quais condenavam o sexo exercido fora do casamento pelas mulheres como um elemento corruptor porque “[destruía] a autenticidade [dos] filhos e [suprimia] o carisma do sangue” (ARIÈS; DUBY, 1990, p.

455-456).

Dentro dessa lógica, a mulher adúltera torna-se, então, uma ameaça à sociedade porque maculava a honra do marido e punha em xeque os alicerces do casamento como uma instituição social, já que a falta de controle da sexualidade feminina não garantia ao marido a certeza da descendência para a transferência de sua herança. Em virtude disso, o fantasma da infidelidade, dentro da política de controle da sexualidade, assombra apenas as mulheres, como se somente as esposas tivessem se comprometido, por ocasião da união matrimonial, a serem fiéis. Todavia, no transcurso histórico, algumas transformações sociais foram se instalando e contribuindo para que emergissem novos costumes, novas atitudes. O mundo se reconfigura e os papéis sociais de homens e mulheres seguem a trilha dos novos tempos, sobretudo, na França, que, do final do século XIX e início do XX, virou um protótipo de liberdade almejado por outros países, dentre eles, o Brasil, onde as brasileiras, conforme Castro (2019, p. 43), passaram a imitar as francesas e adotaram a moda *à la garçonne*, “corta[ndo] rente o cabelo [e] pintando os lábios”. Com isso, melindraram os mais velhos e passaram a ser chamadas de “as melindrosas”, mulheres sem pudores. Vale ressaltar que, nesse entresséculo (XIX-XX), a cidade do Rio de Janeiro era a principal porta de entrada do país. Consequentemente, será a primeira cidade brasileira a receber os novos costumes “modernos” e sofrerá grandes transformações culturais e geográficas para atender aos novos tempos, tornando-se, então, a Paris dos trópicos.

Se, por um lado, o Rio de Janeiro se afrancesava, se moderniza; por outro, o restante do país continuava seguindo os velhos costumes patriarcais. As demais regiões brasileiras veem os novos preceitos “modernos” como corruptores da moral e dos bons costumes, principalmente porque conduzem as mulheres para fora de suas casas e, consequentemente, alteram as dinâmicas sociais femininas. Conforme Castro (2019, p. 41), as mulheres no contato com os jornais e as revistas se depararam com uma nova realidade que as fez “ingressar num mundo subitamente adulto e moderno, diferente do de suas mães e até do de suas irmãs mais velhas” (CASTRO, 2019, p. 41), que tinham suas vidas predestinadas unicamente para o casamento. Assim, esta nova realidade põe em xeque a subordinação feminina e todo um discurso que mantinha as mulheres sob o julgo masculino. Com os novos tempos, as mulheres passam a ter acesso a um novo modo de vida, tendo como modelo a Europa, e passam a sonhar com outros destinos. Surge, a

partir daí, a Nova Mulher – que pretendia ser sexualmente independente, que criticava a insistência da sociedade no casamento como única opção de vida. Elas (as novas mulheres), por terem “tido maiores oportunidades de estudo e desenvolvimento fora do casamento, privilegiavam as carreiras profissionais” (TELLES, 2015, p. 432) e seus comportamentos incomodavam os defensores da família tradicional porque, na óptica conservadora e moralista deles, imbuídos do discurso higienista, esse novo modelo de mulher poderia levar à degeneração da espécie humana e abriria a porta de entrada de enfermidades.

Na Paraíba, consoante Silva (2016, p. 53), a modernidade chega tardiamente, mas, “as manifestações, organizações e estratégias utilizadas pelas paraibanas, em busca de obterem seus direitos, como a emancipação dentro do lar e nos meios sociais”, mesmo com atraso, ocorreram e tiveram seu embrião na educação. Se, a princípio, a educação feminina se limitava “ao ofício de professora, algo muito próximo ao papel de cuidadora dos filhos, no espaço do lar” (SILVA, 2016, p. 56), ela também foi o trampolim para que as mulheres chegassem à imprensa e à Literatura, lugares de veiculação e registro das novas ideias e posturas que “dependiam da compreensão das famílias, do trabalho, da mídia [...]” (PRIORE, 1997, p. 7). Embora houvesse um longo caminho a percorrer para a autonomia (e cidadania) feminina, a largada havia sido dada. Não havia mais a possibilidade de retorno.

Assim, nas primeiras décadas do século XX, a província da Paraíba vivia sob o comando de João Pessoa (sobrinho de Epitácio Pessoa), cujo governo tinha como norte a derrubada da chamada “República dos Coronéis” (tradição oligárquica) e a implementação de novas atitudes, impondo-se, então, como um símbolo da modernidade. Nessa esteira, buscou evidenciar “modelos de masculinidade, condizentes com os interesses de Estado, que repercut[iram] na organização da família e na designação de lugares de gênero” (SILVA, 2008, p. 23). Em outras palavras, o governo de João Pessoa pode ser resumido nos seguintes termos:

Sua prática, sempre voltada para a tônica do “moderno”, da “civilidade” e de uma nova moralidade social, colocou, como prioridade política, a moralização da família, que aparece como sustentação das bases do moderno Estado paraibano. O próprio discurso sobre a fidelidade é reelaborado, uma vez que, agora, não se liga apenas à oligarquia, mas é descrito, a partir da ideia de civismo. Um “civismo” em que o Estado não aparece como algo abstrato e distante, mas como um território canalizador de todas as práticas sociais.” E é nessa nova rede de fidelidade que os próprios conceitos do masculino e do

feminino serão redefinidos. (CIPRIANO, 2002, p. 18).

À vista disso, na “modernidade” imposta pelo governo da Paraíba, embora haja uma redefinição de papéis sociais para homens e mulheres, ainda assim, no que concerne à fidelidade, para as mulheres, pouco mudou. Para elas, continuou “a exigência de fidelidade [...] no campo da sexualidade, através da ‘honestidade’ e ‘honradez’ vinculada à moralidade sexual” (CIPRIANO, 2002, p. 18). Para os companheiros delas, a fidelidade entrará na “esfera política, a partir de compromissos junto aos parceiros partidários e a sua parentela” (CIPRIANO, 2002, p. 18), ou seja, nos novos tempos paraibanos, as mulheres continuaram “presas”, retidas nos interiores das casas, no casamento monogâmico, e os homens “soltos” nas malhas sociais, já que a fidelidade maior que eles deveriam ter era com os seus parceiros sociais e políticos.

Desse modo, apesar dos ventos da modernidade trazidos pela nova política republicana, paradoxalmente, continua, na Paraíba, como papel das mulheres, honrar o marido via fidelidade sexual. Reitera-se, assim, o papel feminino de recato, de mães zelosas, “responsáve[is] pela sustentação da família, [para] garanti[r] a legitimidade dos filhos sadios e fiéis à Pátria” (CIPRIANO, 2002, p. XV). Assim, nos anos 20 e 30 do século XX, na Paraíba, a cobrança por honestidade (fidelidade) feminina se intensifica e é reiterada pelos discursos sociais. O projeto de modernidade pensado pelo presidente João Pessoa não contemplava uma alteração no modo de ser e agir das mulheres no campo sexual, ao contrário, os novos tempos passaram a ser vistos como um inimigo em potencial, corruptor das mulheres. Por isso, era preciso mantê-las dentro dos códigos de retidão e submissão ao pai, marido ou irmãos porque, aos olhos do Estado, elas são as preparadoras de cidadãos que irão lutar pelos interesses da pátria, da sociedade, da família, da religião. Em razão disso, “o adultério feminino [é] visto pelos muitos paraibanos como [um] mal dos novos tempos, [aquele que] colocaria em risco não só a honradez dos maridos e das famílias, como também a própria estrutura moral do Estado paraibano” (CIPRIANO, 2002, p. XXII). Esse é, pois, o contexto social de *E a luz brilhará nas trevas*, publicado em 1940 por Ezilda Milanez Barreto, mas, certamente, escrito em década anterior.

No prólogo do livro, a escritora informa aos leitores que a narrativa, além de ter um pouco dela no espírito de seus personagens, também tem “exemplos frisantes da derrocada de um lar sem Deus, onde a mulher é jogada na voragem do modernismo, no

abismo da concupiscência” (BARRETO, 1940, p. 3), ou seja, há, na narrativa, um confronto direto das mulheres com as normas estabelecidas dentro da tradição ético-religiosa, frente à qual os tempos modernos haviam se instalados. A obra é ambientada na capital do Estado da Paraíba (atual João Pessoa) nas primeiras décadas do século XX e tem como protagonista Edna, uma moça bonita e rica que, após casamento com Carlos Alberto, filho da elite paraibana, adentra uma cidade provinciana para se tornar o centro das atenções pelos modos pouco convencionais de se portar e agir, sobretudo, no campo do desejo e da sexualidade. Edna era, pois, uma mulher que virou o assunto do momento e “revolucio[nav]a] o mundo masculino e feminino” (BARRETO, 1940, p. 122) por onde passava:

- É bonita e educada – dizia um.
 - Mas é sapeca! Gritava outro. Já namorou com todos os rapazes da terra.
- Outro comentava:
- É moderníssima! Anda de short, guia automóvel e fuma. Já acabou muitos namoros por aqui.”
- E Jorge [...] encerrou o assunto:
- Deves conhecê-la, Carlos. Mas é preciso cuidado, pois a menina não é brinquedo, não.
 - Sou rapaz noivo, sério e imunizado; já disse isto mais de uma vez.
 - Junto daquela não há imunidade que sirva. Muita gente boa tem capitulado.
- [...]
- Já viu Edna, Carlos?
 - Não, minha velha [mãe]. Diga-me uma coisa: como a senhora a conheceu?
 - De um modo muito simples. Zélia (outra filha da tia Olívia de Carlos) travou relações com ela [Edna] e andam sempre juntas. [...] Gostei muito dos seus modos fidalgos e achei-a linda. [...] Edna, como toda mulher bonita, rica, gosta de ser apreciada e de ter os seus namoros; o mais é exagero de despeitados. Para mim, ela é o tipo da mulher ideal. Rica, mas simples, bonita, educada e de boa família. [...]
- (BARRETO, 1940, p. 82).

Como vemos nos diálogos acima, Edna era o centro das atenções da sociedade provinciana paraibana. Ela tinha se tornado uma referência para as mulheres (mãe e prima de Carlos Alberto) que viam nos seus modos de ser e agir o modelo da Nova Mulher (com atitudes próprias, que exercitava o controle sobre a própria vida), um protótipo de liberdade, inclusive, por guiar automóveis, símbolo, à época, de modernidade. Edna se apresenta, pois, como uma mulher educada, bonita, rica, de boa família, mas, sobretudo, de sexualidade livre. Conforme D’Incao (2015, p. 226), o início do século XX, no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro, foi marcado pelos modos civilizados, modernizados, “como eram os [dos] franceses e os europeus em geral”. Esse período caracterizou-se pela “passagem das relações sociais senhoriais às relações sociais do tipo burguês”

(D'INCAO, 2015, p. 226). Assim, Edna, com seus novos hábitos e maneiras de agir, oriundos do Rio de Janeiro, destoando do recato imposto às moças locais, passa a ser não só referência para as mulheres, mas, também, objeto de desejo sexual para os rapazes que viam nela a oportunidade de estarem com uma mulher “moderníssima”, despreendida de algumas regras que procuravam reprimir os atritos corporais entre rapazes e moças e os instavam apenas à troca de flertes.

Todos os rapazes demonstraram interesses em Edna, menos Carlos Alberto. Ele era noivo de Glória Maria, que não era do agrado da mãe dele, Dona Marieta, justamente por ser a moça, socialmente, inferior à família Castro. Na trama, Dona Marieta irá intervir no relacionamento do filho com a noiva e fará com que Carlos Alberto se interesse por Edna, a filha do Dr. Castilho – um industrial do Rio de Janeiro com “um grande negócio entabulado nas praças de Recife, João Pessoa, Rio Grande do Norte e Ceará” (BARRETO, 1940, p. 87) –, e irá defender os interesses e a manutenção do *status* social e tradicional da família Castro. Para Dona Marieta, Carlos Alberto deveria se casar com Edna e não com Glória Maria porque ricos e pobres não deveriam se misturar, de modo que o casamento não deveria ser movido pelos afetos, mas, sim, pelos interesses financeiros dos clãs familiares.

Por essa razão, Dona Marieta consegue fazer com que Carlos Alberto abandone Glória Maria e case-se com Edna. Finda a cerimônia do casamento, eles seguem, em núpcias, para o Rio de Janeiro, lugar de origem da moça. Com a viagem, Carlos Alberto pôde conhecer um pouco mais a família Castilho e o círculo de amizade e da vida da esposa, ocasião em que foi “apresentado a todos os amigos, conhecidos e parentes [da] esposa, incluindo [um] oficial [que considerou] petulante, olhar atrevido, riso escarminho, ares de conquistador” (BARRETO, 1940, p. 98), e que se chamava Tasso Vieira. Este é apresentado como primo da Edna e, ao longo de toda a diegese, irá transformar a vida do novo casal, despertando desconfianças em Carlos Alberto quanto à fidelidade de sua mulher, das quais ele não se desvencilhará e que o atormentarão por todo o tempo em que ficou casado com Edna e mesmo após a morte dela.

Ainda na viagem de núpcias, as suspeitas de traição vão se intensificando quando Carlos Alberto surpreende, em um restaurante conhecido como espaço para encontros fortuitos, “um casal de namorados, em palestra íntima, rostos quase unidos, mãos nas mãos, sem se aperceberem do resto do mundo. Eram Edna e o tal primo.” (BARRETO,

1940, p. 98). Estupefato, Carlos Alberto se aproxima deles e é convencido de que o encontro foi obra do acaso, mas “À noite, deitado ao [lado da esposa] com os olhos presos àquela beleza adormecida, àquela fisionomia de santa, uma luta íntima, travava-se [nele], uma verdadeira batalha de pensamentos [...] um demônio [que o] fazia saltar da cama como um louco.” (BARRETO, 1940, p. 108). A dúvida que o atormentava e o fazia se sentir “o mais miserável dos homens, o mais covarde dos mortais, o mais desonrado dos maridos” (BARRETO, 1940, p. 108), exigirá dele uma atitude diante da situação com a qual por ora se confrontava:

A descoberta pelo homem de que foi traído pela esposa coloca ambos os sujeitos em um ponto de inflexão em que algo precisa acontecer: desde os casos mais brandos, em que uma discussão estabelece as novas bases da relação, até os mais graves, em que ‘crimes de paixão’ são cometidos. O adultério feminino problematiza e mediatiza a crise, tornando-a palpável e ‘real’. (SOUZA, 2011, p. 12).

Sendo assim, a descoberta do adultério da esposa exige do marido traído ações imediatas porque afeta as estruturas sociais estabelecidas e constitui uma crise no casamento. Na berlinda, Carlos Alberto, então, decide interromper as núpcias e retornar para João Pessoa a fim de que Edna pudesse ficar longe não só da vida “moderna” demais para uma mulher casada, mas também do primo, de modo que ela pudesse assumir o papel de esposa recatada. Era preciso apenas manter em sigilo absoluto tudo o que presenciou em São Paulo e seguir a vida pacata do lugar, preservando, assim, sua imagem de homem ilibado, de pai de família honrado.

Poucos meses depois, Edna dará à luz a Marília. Carlos Alberto, receoso de que o comportamento pregresso da esposa pudesse interferir na educação a ser recebida pela filha, manterá a menina em um colégio interno a fim de que ela possa ser educada dentro dos princípios morais e religiosos cristãos e receba uma educação para a domesticidade. Entretanto, Edna viverá pouco tempo e morrerá vítima de um câncer em decorrência de abortos provocados porque ela não queria mais ter filho, uma vez que a maternidade limitava a sua vida, prendendo-a à esfera do lar e invialibizando a sua vida no espaço público, onde gostava de participar de festas e ser cortejada por outros homens que não resistiam à sua beleza:

Tanta vaidade, tanto orgulho, tanta luta, estavam resumidos neste resto de vida que fugia aos poucos; que se resumia naquele corpo disforme, já meio

putrefato, naquele corpo criminoso que não quisera um filho, por ser um estorvo, porque deformava, porque infelicitava, mas que era hoje um receptáculo de germes mil que lhe corroíam as entranhas, antes mesmo do aborto. (BARRETO, 1940, p. 118).

No leito de morte, Edna pede à filha que não deixe o pai se casar novamente para que seu lugar não seja ocupado por nenhuma outra mulher: “A morte da minha mãe tornou-me algoz de minha própria existência” (BARRETO, 1940, p. 13). Desconhecendo o passado de Edna, Marília seguirá toda a narrativa procurando defender o lugar de primeira esposa de sua mãe e, para tanto, vale-se dos mais diversos ardis para garantir que o pai permaneça sempre viúvo. Apesar disso, contrariando a vontade da filha, Carlos Alberto se casará com Maria Helena e juntos sofrerão com os desmandos de Marília, que não medirá esforços para separar o casal em atendimento ao último pedido da mãe.

Porém, Maria Helena descobrirá, por meio de cartas, que Edna mantinha uma relação extraconjugal com Tasso Vieira, oficial da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Sem saber que Edna havia morrido, ele continua a enviar cartas de vários lugares do mundo, endereçadas à “Madame Carlos Alberto...”. De posse desse segredo, Maria Helena prefere preservar a imagem da família e do esposo, mantendo em segredo as cartas recebidas que, no entanto, serão descobertas por Marília. Esta, achando que as missivas amorosas são para Maria Helena, a expulsará de casa. Resignada, Maria Helena parte para a casa do irmão em Recife e Marília alegre-se, achando que, finalmente, conseguiu livrar-se da intrusa. Depois de muitos sofrimentos e desenganos, tudo será esclarecido e, em um tom edificante, a luz da razão, mas também da moral cristã brilha nas trevas: Marília toma ciência de que julgara mal Maria Helena ao lhe ser revelado o passado indecoroso de Edna e o caso amoroso dela com Tasso Vieira:

– Alguém me chamou hoje ao telefone. Atendi, Mas era a mamãe que esse alguém desejava falar. Curiosa de saber quem se dirigia a ela, respondi em seu nome, perguntando com quem falava. Do outro lado, responderam: Tasso Vieira. Cumprimentou-me amavelmente e me pediu explicações de umas cartas sem respostas. O choque foi tão grande que perdi a fala, por alguns momentos. O tal sujeito, atribuindo que eu não podia falar ali, por qualquer motivo, disse: Marquemos um encontro, sim Edna? Para mais tarde... pois preciso ver-te. Tornando meu embaraço respondi-lhe que aquela com quem pensava falar já não existia, desliguei o telefone. (BARRETO, 1940, p. 153).

Se para a filha Edna era a mãe virginal, agora, ela passa a ser a figura de uma pecadora que nem no leito de morte se arrependeu de ter maculado com sua lascívia o casamento e a própria família. Todavia, por ser criada dentro dos preceitos religiosos e

viver numa sociedade que via o adultério feminino como uma mancha, inclusive para a descendência, Marília terá um choque e decidirá se enclausurará para se redimir tanto das maldades que fez com Maria Helena, sua madrasta, quanto de sua condição de ser filha de uma mulher impura, uma pecadora que não merecia perdão, mas por quem Marília não perdeu o encanto porque entendeu que ela não precisava seguir os passos da mãe. Essa tomada de consciência faz com que, tempos depois, Marília abandone o convento, consciente de que não tinha vocação para a vida eclesial, e se case com Otávio.

Segunda esposa de Carlos Alberto, Maria Helena tem um perfil que destoa completamente do de Edna e, ao contrário desta, ela é, dentro dos preceitos do patriarcado para o feminino, recatada, modelo de virtude, aquela que suporta tudo, dos desmandos da afilhada revoltada ao fantasma da falecida assombrando a harmonia do lar. Enfim, um verdadeiro anjo do lar: “À sua abnegação, o seu altruísmo ultrapassam as raias do sacrifício. Ela [Maria Helena] é a grande heroína do drama” (BARRETO, 1940, p. 122), porque representa a mulher que ainda não foi corrompida pelos costumes modernos. Maria Helena desponta como uma mulher serena, submissa e dedicada à família, aos afazeres domésticos, mas, sobretudo, mantenedora da harmonia do lar. Por isso, ela, mesmo descobrindo a traição de Edna, se mantém firme, em silêncio, para proteger a honra do marido. Se Edna foi uma mulher “Infiel ao marido desde os começos do casamento [e] Carlos foi muito infeliz” (BARRETO, 1940, p. 162) ao seu lado, o papel de Maria Helena era diferente. Ela assume a obrigação de ser uma esposa amorosa que, em um lar manchado pelas trevas do pecado, cultivará a “Paz, fidelidade, amor, filhos e, finalmente, a verdadeira felicidade do lar” (BARRETO, 1940, p. 122), tornando-se, assim, um protótipo de heroína romântica dentro da história contada, com sua abnegação ao marido, à família e ao lar. Conforme D’Incao (2015, p. 229), “as heroínas românticas, langorosas e sofredoras acabam por incentivar a idealização das relações amorosas e das perspectivas de casamento”, e, portanto, se tornam exemplos a serem seguidos pela leitoras.

A partir de personagens como Maria Helena, Edna e Marília, a autora traz a família e a religião para o diálogo e expõe os caminhos, legitimados socialmente, para as mulheres. Para as que seguiam os preceitos morais e religiosos, o grande prêmio era o casamento. Para as que se desviavam dos códigos de conduta, o destino era o encarceramento, ainda que temporário, no convento, ou, o mais trágico, a morte como

forma de pagamento moral pelas transgressões cometidas. Além disso, o casamento, o destino natural das mulheres dentro da lógica patriarcal, “diante das poucas opções, [...] era o mais respeitável *status* social” (MORAES, 2009, p. 43), porque assegurava às moças a herança paterna, garantia a manutenção dos valores familiares e da hereditariedade, mas, ao mesmo tempo, era o “responsável por manter a mulher em situação de dependência, impedindo-a de desenvolver suas potencialidades” (MORAES, 2009, p. 18), de seguir outros horizontes, de ser senhoras de suas vontades, de seu corpo e do próprio destino.

Mesmo com um final harmonioso, onde a redenção da pecadora parece que será alcançada pelo caminho de retidão escolhido por sua filha, que, primeiro, busca o hábito, mas, depois, troca-o pelo vestido de noiva, gostaríamos de chamar a atenção para a personagem Edna e o quanto ela se configura como transgressora, sinalizando um modelo de mulher que destoava da passividade e da submissão esperadas socialmente para o sexo feminino. Mesmo que o destino dela tenha sido a morte, lugar-comum para todas aquelas personagens que resolvem transgredir os códigos sociais, Edna fica na nossa memória de leitor/a como a representação de uma mulher que sinaliza um novo modelo de ser e de existir para o feminino. Uma nova mulher que é sexualmente independente e “que se ergu[ia] para gritar em alto e bom som [suas] ambições” (TELLES, 2015, p. 432) de liberdade.

Edna era uma carioca “[...] moderníssima! [que] Anda[va] de short, guia[va] automóvel e fuma.” (BARRETO, 1940, p. 81). Uma mulher que não pertencia à provinciana Parahyba do Norte, haja vista que foi criada no Rio de Janeiro, uma cidade que, no início do século XX, estava respirando os ares de Modernidade não apenas na sua estrutura física, a partir da política de modernização de Pereira Passos, mas, em especial, nos costumes e modos de sociabilidade entre homens e mulheres: “As moças agora podiam escolher entre o footing diário das avenidas, almoço ou chá nas confeitarias, compras nos grandes magazines, escapadas para dançar nos salões e cafés,” (CASTRO, 2019, p. 43), entre outras novidades que faziam com que as mulheres passassem a viver muito mais fora do que dentro de suas casas. Eram os ares da *Belle Époque* que sopraram primeiro no Rio de Janeiro, porta de entrada do Brasil à época para novos costumes, mas que levaram muito tempo para adentrar o interior do país como a Parahyba do Norte. Logo, a personagem Edna representa parte de um grupo de mulheres portadoras das novidades, que se colocaram, no cerne da sociedade, e “[...] acaba[ram] por incomodar a ‘ordem’ social

esperada. Elas sa[íram] da ‘zona de conforto’, [...] para romperem com [os] papéis pré-determinados para elas [...]” (SILVA, 2016, p. 45) de esposas castas e mães abnegadas.

Edna agia “na contramão dos ideais normativos da conduta feminina” (SILVA, 2008, p. 21). Por isso, podemos dizer que ela se aproxima da postura adotada por outra personalidade paraibana bastante emblemática: Anayde Beiriz (1905-1930), professora e escritora, que, segundo Silva (2008), é uma precursora do feminismo na Paraíba. Uma mulher que rompeu com padrões e veiculou novas posturas, se mostrou contra o “desejo feminino [...] ser exercido [apenas] no quadro do casamento e da maternidade” (SILVA, 2008, p. 38). Anayde Beiriz reivindicava “para as mulheres o direito não só de amar quem escolher, de fazer sexo e sentir prazer, mas de expressar essas escolhas, de publicizá-las e, desse modo, de ocupar espaços, inclusive o do seu próprio corpo” (SILVA, 2008, p. 35). Essa postura *avant la lettre* fez com que a pantera de olhos dormentes, como Anayde Beiriz era conhecida, tivesse como destino a morte precoce. Conforme Joffily (1983, p. 38), ela, por “batalha[r] contra a escravização da mulher, a burrice e a hipocrisia social”, sofre os desmandos sociais com seu destino calcado nas histórias das heroínas românticas, sendo, pois, a morte seu caminho natural – no caso dela a morte “voluntária” (suicídio) como forma de “libertação”.

Nesse sentido, por meio de Edna, Ezilda Milanez Barreto expõe os novos tempos que estavam chegando à Paraíba e traz para o palco de discussão temas que eram importantes para as causas femininas, dentre eles, a maternidade indesejada, o aborto e o adultério, ainda que o tratamento dado a esses temas esteja revestido do discurso moral religioso. Cabe lembrarmos que na década de 1940, ano de lançamento da obra, o adultério e o aborto eram temas delicados para a sociedade brasileira e, tendo sido educada dentro da tradição cristã, onde o casamento, assim como a maternidade, é visto como uma instituição sagrada, Ezilda Milanez Barreto termina destinando esta personagem à morte em consonância com os códigos morais da época segundo os quais aquele que peca e não se arrepende deve sofrer e ser punido por seus pecados. Mesmo com tal destino, a partir da construção dessa personagem, a autora propõe reflexões importantes sobre a condição feminina e os perfis de mulher na sociedade paraibana dos albores do século XX, mostrando que estava a irromper certa tomada de consciência por parte das mulheres acerca da opressão, dominação e exploração de que foram ou permanecem sendo vítimas por parte dos homens.

Considerações finais

O adultério, tema central do *corpus* aqui estudado, nos revelou que seus efeitos são diferentes para homens e mulheres porque está configurado pelas práticas discursivas e dispositivos sociais sobre sexo e gênero, que enfeixam uma lógica segundo a qual as mulheres devem obediência ao marido – tido, dentro do sistema patriarcal, como senhor do corpo e dos pensamentos da esposa – e os homens, livres, quase sem restrições sociais, desfrutam de toda e qualquer liberalidade para a vivência do sexo fora do casamento e até mesmo ter filhos que não com a esposa, sem que o pecado lhe atormente ou as coerções sociais lhe recaíam sobre os ombros. Nesse sentido, podemos afirmar que o adultério feminino é, antes de tudo, fruto de discursos e normas para as práticas sexuais que atendem aos interesses masculinos de poder e de controle do corpo e da sexualidade da mulher. Ademais, por estar interligado ao casamento, instituição pautada em valores histórico-sociais, o adultério feminino representa, dentro da ótica patriarcal, uma desestabilidade das normas morais, “mancha” a honra dos homens e faz deles vítimas, colocando as mulheres como algozes.

Entretanto, ao tratar do adultério feminino, percebemos que a escritora Ezilda Milanez Barreto usou a seu favor a ficção para driblar a opinião pública e escrever sobre os anseios femininos de liberdade afetiva e amorosa na Paraíba do início do século XX, pois, como afirma (LIMA, 1940 *apud* BARRETO, 1940, p. 10), “nunca um homem poderia escrever certos trechos de *E a Luz Brilhará nas trevas*, em que o traço de pura psicologia feminina exige uma pena e uma mentalidade de mulher”.

A vista disso, através da personagem central Edna, a escritora, apesar de utilizar o conservadorismo cristã como propulsor da diegese narrativa, onde a fidelidade feminina é vista como a base para a manutenção da família tradicional, termina registrando as condições sociais das mulheres, especialmente em contexto paraibano, numa época em transição e marcada por transformações dos padrões sociais e comportamentais até então estabelecidos, sobretudo, porque aborda temas ligados à sexualidade feminina em uma época que deveria, por ser professora, mulher casada e religiosa, não confrontar as normas sociais estabelecidas. Entretanto, sob o manto da moral cristã conservadora, ela se acumplicia das normas estabelecidas para expôr as demandas das mulheres de sua época,

ainda que o destino daquelas que transgridem com os ditames patriarcais seja a morte.

Ainda assim, D. Ezilda termina por demarcar, como escritora, não apenas um lugar de mulher predecessora das Letras na sociedade paraibana do início do século XX, mas também, via literatura, nos incita a reflexões importantes acerca dos papéis sociais das mulheres e dos homens dentro da sociedade paraibana da época a que se reporta em sua obra.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Phillipe; DUBY, Georges (dir.). *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. vol. 1. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

BARRETO, Ezilda Milanez. *E a luz brilhará nas trevas*. Areia: Livraria Santo Antônio, 1940.

BARRETO, Ezilda Milanez. *O meu mundo é assim*. São Paulo: editora Soma. 1983.

CASTRO, Ruy. *Metrópole à beira-mar: o Rio moderno dos anos 20*. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CIPRIANO, Maria do Socorro. *A adúltera no território da infidelidade: Paraíba nas décadas de 20 e 30 do século XX*. 2002, 190 f. Dissertação (Mestrado), Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

CUNHA, Helena Parente. A coragem transgressora das escritoras oitocentistas. In: SILVA, Antônio de Pádua Dias da (org.). *Gênero em questão: ensaios de literatura e outros discursos*. Campina Grande: EDUEP, 2007, p. 429-447.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORI, Mary (Org.) *História das mulheres no Brasil*. Ed. 3. São Paulo: Contexto, 2015, p. 223-240.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista brasileiro: contexto e formação*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 25-47.

DUARTE, Constância Lima. O cânone e a autoria feminina. In: SCHMIDT, Rita Terezinha (org.). *Mulheres e Literatura – (trans)formando identidades*. Porto Alegre: Palloti, 1997, p. 53-60.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria T. da C. Albuquerque e J.A.G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade, III: o cuidado de si*. Trad. Maria T. da C. Albuquerque e J.A.G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 23. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

JOFFILY, José. *Anayde: Paixão e Morte na Revolução de 30*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1983.

LIMA, Pe. Francisco. Apreciações sobre o “E a luz brilhará nas trevas”. In: BARRETO, Ezilda Milanez. *E a luz brilhará nas trevas*. Areia: Livraria Santo Antônio, 1940.

MACFARLANE, Alan. *História do casamento e do amor: Inglaterra: 1300 – 1840*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MORAES, Rita Maria Netto de. *A condição feminina no matrimônio, delineada pela ficção*. 2009, 212 f. Tese (Doutorado), Curso de Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina.

PRIORE, Mary Del (org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo. Contexto. 1997.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar – A utopia da cidade disciplinar- Brasil: 1890-1930*. Editora Paz e Terra, 1985.

SCHMIDT, R. T. Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina. In: NAVARRO, M. H. (Org.). *Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 1995. Col. Ensaios.

SILVA, Alômia Abrantes da. *Paraíba, mulher-macho: tessituras de gênero, (desa)ffios da história*. 2008. Tese (Doutorado). Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

SILVA, Aurení Maria da. *Educação e Emancipação feminina na Paraíba nas primeiras décadas do século XX*. 2016, 116 f. Dissertação (Mestrado), Pós-Graduação em História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

SILVA, Marcelo Medeiros da. *Júlia Lopes de Almeida e Carolina Nabuco: uma escrita bem-comportada?*. 2011. Tese (Doutorado). Curso de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2011.

SOUZA, Marcius Fabiani Barbosa de. *A representação do adultério feminino em Dalton Trevisan*. 2011, 180 f. Dissertação (Mestrado), Departamento de Teoria Literária e Literaturas do Instituto de Letras, Universidade de Brasília.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORI, Mary (Org.) *História das mulheres no Brasil*. Ed. 3. São Paulo: Contexto, 2015, p. 401-442.

VASCONCELOS, Amaury. A autora e sua importância nas letras paraibanas. In: BARRETO, Ezilda Milanez. *O meu mundo é assim*. São Paulo: Soma. 1983